

O GOVERNO ACHA BOM

A iniciativa foi bem recebida no Palácio do Planalto. O Brasil não pode dispensar o capital estrangeiro, disse o porta-voz de Sarney.

O governo brasileiro espera que as manifestações desse tipo se convertam em fatos concretos, pois o País não pode dispensar o capital estrangeiro, disse ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, sobre a decisão do Federal Reserve (banco central norte-americano) de facilitar a transformação, em patrimônio, dos créditos de bancos dos Estados Unidos no Exterior. Segundo o porta-voz, o Brasil acha positiva qualquer iniciativa para facilitar o fluxo de recursos. Mas um técnico da área econômica advertiu que a legislação federal sobre a privatização de empresas estatais no Brasil veda, explicitamente, a participação do capital estrangeiro nessas operações de transferência do controle acionário, do setor estatal para o privado, para evitar a desnacionalização.

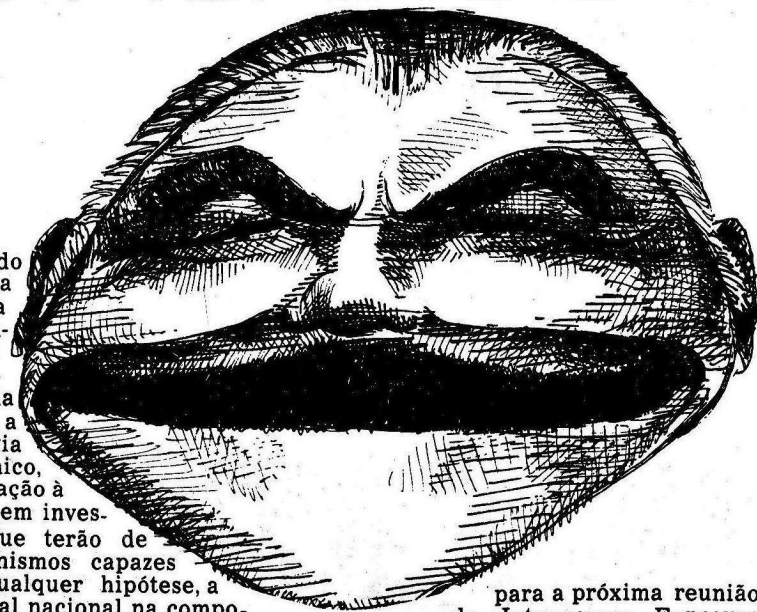
Frota Neto afirmou ser vital para a retomada do crescimento da economia brasileira que o País consiga normalizar a captação de poupanças externas, salientando que o Brasil não pode dispensar esse fluxo de capitais, se quiser manter um crescimento acelerado, capaz de gerar os níveis de emprego necessários. Com relação aos riscos de desnacionalização, lembrou que o governo está neste momento examinando detalhadamente a questão da conversão da dívida externa de modo a adotar uma decisão criteriosa. As fórmulas de conversão buscadas pelo País serão capazes de impedir quaisquer riscos de desnacionalização das empresas endividadas, assegurou.

Limites restritos

Um técnico ligado a estudos sobre a conversão, lembrou a existência de um condicionante político importante: o documento aprovado pela Convenção do PMDB, a respeito da estratégia de ajuste econômico, deixa claro, em relação à conversão de dívida em investimento de risco que terão de ser montados mecanismos capazes de assegurar, em qualquer hipótese, a prevalência do capital nacional na composição acionária do empreendimento objeto da conversão.

Disse o informante que o projeto de conversão, em análise no Banco Central, a partir de uma série de sugestões apresentadas ao governo, é específico em relação ao controle acionário das empresas nacionais, privadas ou estatais, pelo capital dos investidores estrangeiros, estabelecendo limites restritos a essa participação societária.

O diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, disse ontem que os créditos brasileiros não serão obrigatoriamente "rebaixados" para a categoria de "perdas", se o governo não chegar a um acordo com os credores até o dia 20 de outubro próximo. Essa é a data marcada



para a próxima reunião do Interagency Exposure Review Comittel — a comissão do governo americano que avalia periodicamente a situação das dívidas dos países em desenvolvimento, e classifica os países de acordo com os riscos que eles representam.

A dívida brasileira é classificada como **substandard** — abaixo do padrão — desde a decretação da moratória. Fontes bancárias e do governo americano ameaçam rebaixar o Brasil mais um degrau, para a categoria **value impaired**, que significa que os créditos brasileiros são considerados "arriscados" para os bancos credores. Essa categoria é a penúltima da lista — abaixo dela só a declaração de perda dos empréstimos — e forçaria os bancos credores a fazer provisões de perdas específicas para a dívida brasileira.